



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

**EDITAL Nº 005, DE 31 DE AGOSTO DE 2009**

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**, em conformidade com a atribuição que lhe foi conferida pela Portaria PR-CH n.º **064**, de **16/06/2009**, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR nº 567, de 13 de novembro de 2008, **resolve**:

I. Divulgar os gabaritos preliminares das provas objetivas, conforme anexos I e II deste Edital.

II. Divulgar o inteiro teor das provas objetivas e o tema sorteado da prova subjetiva.

III. Declarar aberto o prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas, nos termos do item 6.1 do Edital nº 001, de 17 de junho de 2009.

**BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH**  
PROCURADOR DA REPÚBLICA  
COORDENADOR DE ESTÁGIO



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2009**

(Anexo I do Edital nº 005, de 31 de agosto de 2009)

**GABARITO PRELIMINAR**

**PROVA TIPO 1**

| QUESTÕES |        |
|----------|--------|
| 01 - D   | 16 - B |
| 02 - B   | 17 - A |
| 03 - E   | 18 - B |
| 04 - C   | 19 - C |
| 05 - E   | 20 - D |
| 06 - D   | 21 - D |
| 07 - A   | 22 - A |
| 08 - C   | 23 - D |
| 09 - A   | 24 - B |
| 10 - E   | 25 - E |
| 11 - C   | 26 - C |
| 12 - E   | 27 - A |
| 13 - C   | 28 - C |
| 14 - B   | 29 - D |
| 15 - C   | 30 - A |



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

**2009**

(Anexo II do Edital nº 005, de 31 de agosto de 2009)

**GABARITO PRELIMINAR**

**PROVA TIPO 2**

| QUESTÕES |        |
|----------|--------|
| 01 - B   | 16 - D |
| 02 - C   | 17 - B |
| 03 - B   | 18 - E |
| 04 - A   | 19 - C |
| 05 - B   | 20 - A |
| 06 - C   | 21 - C |
| 07 - A   | 22 - D |
| 08 - E   | 23 - A |
| 09 - C   | 24 - A |
| 10 - E   | 25 - D |
| 11 - C   | 26 - B |
| 12 - E   | 27 - E |
| 13 - D   | 28 - C |
| 14 - A   | 29 - D |
| 15 - C   | 30 - D |



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 1**

2009

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação, cujo tema será sorteado momentos antes do início da prova.
2. Na prova subjetiva utilize no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE DISSERTAÇÃO e do CARTÃO DE RESPOSTAS, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

## Preenchimento do gabarito

### CORRETO

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 |   | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A |   | C | D | E | 32 | A | B | C |   | E |
| 03 | A | B |   | D | E | 33 | A | B |   | D | E |
| 04 | A | B | C |   | E | 34 | A |   | C | D | E |

### ERRADO

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | X | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | ● | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

|           |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|-----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INSCRIÇÃO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 |   |   |   |   |   |   |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| PROVA     | 1 | 2 | 3 | 4 |   |   |   |   |   |

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 01- Assinale a alternativa CORRETA:

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar;
- b) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença da autoridade responsável;
- c) É livre a manifestação do pensamento, facultado o anonimato;
- d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- e) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, podendo invocá-las inclusive para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa.

### 02- Marque a alternativa CORRETA:

- a) São brasileiros natos apenas os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- b) Podem naturalizar-se brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.
- c) Os analfabetos podem concorrer em eleições para Vereador e Prefeito.
- d) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, desde que com base no lugar onde nasceram ou residem.
- e) São bens dos Municípios, entre outros, os terrenos de marinha e seus acrescidos, os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

### 03- Assinale a alternativa ERRADA:

Segundo a doutrina, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada como

- a) formal e escrita.
- b) democrática e popular.
- c) analítica.
- d) escrita e dogmática.
- e) flexível e outorgada.

### 04- Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Aos juízes federais compete julgar, dentre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) Aos juízes federais compete julgar, dentre outros, os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral
- c) A inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios e a vitaliciedade são garantias previstas de forma exclusiva para os membros do Poder Judiciário.
- d) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- e) São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, exercer o controle externo da atividade policial e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 05- Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a União pode desapropriar imóvel rural.
- b) A propriedade rural produtiva não pode ser desapropriada por utilidade pública.
- c) Não é permitida em hipótese alguma a desapropriação de bem público.
- d) Município pode desapropriar terreno da União para atender necessidade pública urgente.
- e) Estado pode desapropriar imóvel urbano integrante do patrimônio de autarquia municipal.

### 06- Assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias federais, dotadas de personalidade jurídica de direito público, integram a administração direta.
- b) Integram a administração pública indireta o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Controladoria-Geral da União (CGU).
- c) O tombamento de bem particular, por limitar o exercício direito de propriedade, gera sempre indenização.
- d) A limitação administrativa implica em uma restrição de caráter geral imposta ao proprietário do bem, que não gera direito à indenização.

e) Os bens dominicais do Estado, por estarem afetados a uma finalidade específica, não podem ser alienados enquanto não forem desafetados.

**07-** Assinale a alternativa errada:

a) Nos casos em que couber a modalidade de licitação denominada concorrência poderá ser adotada a modalidade tomada de preços, mas a recíproca não é verdadeira.

b) O pregão somente é cabível para a aquisição de bens ou contratação de serviços considerados comuns.

c) Na modalidade de licitação denominada convite não é necessária a publicação de edital.

d) A inviabilidade de competição em razão da existência de fornecedor exclusivo de bens é caso de inexigibilidade de licitação.

e) A lei nº 8.666/93 veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.

**08-** Assinale a alternativa correta:

a) A Controladoria-Geral da União (CGU) exerce o controle externo da administração pública federal.

b) O Ministério Público, por possuir autonomia funcional e administrativa, não se submete ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

c) As decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) que imputam débito ou multa têm eficácia de título executivo.

d) Os recursos da União repassados mediante convênio aos municípios, por integrarem o patrimônio municipal, não estão submetidos ao controle do Tribunal de Contas da União.

e) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão integrante do Poder Judiciário.

## DIREITO PENAL

**09-** Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - para a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa, como integrantes da conduta, constituem elementos do fato típico;

II – sobre o “tempo do crime”, o código penal adotou a teoria da ubiquidade;

III – o crime culposo depende de previsão expressa no tipo legal para a sua configuração;

IV – no concurso de crimes, o Código Penal brasileiro adotou a teoria unitária, segundo a qual os autores do crime praticam o mesmo crime, sem admitir exceções;

V – no crime culposo, o agente prevê o resultado e assume o risco de produzi-lo;

a) são corretos somente os itens I e III;

b) todas as assertivas estão incorretas;

c) são erradas somente as alternativas IV e V;

d) é correta apenas a proposição do item III;

e) é incorreta apenas a proposição do item IV.

**10-** Sobre a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, é INCORRETO afirmar:

a) pode ser aplicada em caso de crime doloso, quando a pena fixada não for superior a quatro anos e o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa;

b) se a condenação for de até um ano, a substituição será feita por uma pena restritiva de direitos ou multa;

c) é cabível a substituição em caso de prática de crime culposo, qualquer que seja a pena aplicada;

d) cabe a substituição ainda que o condenado seja reincidente, desde que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não seja específica;

e) independente do quantum de pena fixada, faculta-se ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, em patamar nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade.

**11-** Marque a alternativa INCORRETA, segundo a jurisprudência dominante:

a) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato;

b) o crime de falso pode ser absorvido pelo de estelionato quando finda sua potencialidade lesiva na prática deste;

c) o estelionato praticado contra o INSS não sofre qualquer tipo de aumento de pena;

d) exige-se para configuração dos crimes do art. 1º da Lei 8137/90 o término da atividade administrativa de constituição de tributo;

e) para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessário que os bens ou valores sejam remetidos ao exterior.

**12-** Quanto aos crimes de corrupção passiva (art. 317, CP) e ativa (art. 333, CP), pode-se afirmar que:

a) sempre que houver o crime de corrupção passiva, ocorrerá também o de corrupção ativa;

b) o funcionário público pratica o crime de corrupção passiva ao exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;

c) a corrupção ativa se configura quando o particular oferece ou promete vantagem devida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

d) se o funcionário atende a pedido de terceiro e deixa de praticar ato de ofício, sem que objetive satisfazer interesse pessoal, ele responde pelo delito de prevaricação.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**13-** Caio, sócio gerente da empresa X, quando do pagamento dos salários de seus empregados, efetuou o desconto (registrado nos contracheques) das parcelas devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas não repassou as referidas quantias à autarquia previdenciária. Em face dessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA.

a) Caio cometeu apenas irregularidade administrativa, sendo passível de cobrança por parte da Fazenda Pública Federal.

b) todos os sócios integrantes do contrato social da empresa X, mesmo aqueles que não tenham participado da administração da sociedade, respondem por eventual crime.

c) Caio cometeu, além de irregularidade administrativa, crime previsto no Código Penal, o qual se configura ainda que pendente o processo administrativo fiscal de lançamento do tributo.

d) eventual crime a ser atribuído a Caio seria afastado se ele obtivesse êxito em provar que não tinha a intenção de apropriar-se das quantias (*animus rem sibi habendi*).

e) não haverá o crime se Caio provar que a empresa, na época do fato, passava por pequenas dificuldades financeiras.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**14-** MARQUE A OPÇÃO CORRETA:

a) Os Princípios do Direito ao Silêncio e da Não Auto-Incriminação conduzem à conclusão, respectivamente, de que o acusado pode permanecer em silêncio durante toda a investigação e mesmo em Juízo, e que pode ser compelido a produzir ou a contribuir com a formação da prova contrária ao seu interesse.

b) Diz o Princípio da Vedação da Revisão "Pro Societate" que é vedado que alguém possa ser julgado mais de uma vez por fato do qual já tenha sido absolvido, por decisão transitada em julgado.

c) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, tornando-se inválidos os atos realizados sob a vigência da lei anterior.

d) A lei processual penal admite interpretação extensiva, aplicação analógica, e o suplemento dos princípios regionais de direito.

e) A lei processual penal é aplicável, única e exclusivamente, em todo o território brasileiro.

**15-** ASSINALE A OPÇÃO INCORRETA:

a) O inquérito policial nem sempre é instaurado de ofício.

b) Ao Ministério Público não é dada a possibilidade de desistir da ação penal.

c) O Código de Processo Penal prevê a possibilidade de haver a absolvição sumária do acusado, havendo qualquer causa excludente de culpabilidade.

d) Diz o Código de Processo Penal que pode haver prisão em flagrante, entre outros casos, quando se acaba de cometer uma infração penal.

e) É sanável a nulidade decorrente de omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

**16-** A RESPEITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, É INCORRETO AFIRMAR:

a) Os institutos da composição civil dos danos e da transação penal não se confundem, possuindo ambos pressupostos e finalidades específicas.

b) A transação penal poderá implicar na aplicação de multa, pelo Ministério Público.

c) A suspensão condicional do processo, uma vez implementada no processo, tem influência decisiva sobre o curso do prazo prescricional.

d) Compete ao Juizado Especial Criminal Federal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

e) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

**17 -** ANALISE AS PROPOSIÇÕES SEGUINTE E, EM SEGUIDA, INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA:

I. Os recursos "de ofício" configuram-se em exceções na legislação processual penal, sendo uma delas a decorrente da sentença que negar "habeas corpus".

II. O recurso em sentido estrito é recurso cabível da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.

III. É possível o ajuizamento da apelação, com apresentação das respectivas razões em um momento seguinte.

IV. O "habeas corpus" é ação autônoma e, assim, não pode ser impetrado antes de iniciada a ação penal.

a) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.

b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas I e II estão incorretas.

d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

e) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

**18 -** É compatível com a Constituição Federal de 1988.

a) o processo iniciado, de ofício, pela autoridade policial ou judiciária.

b) a prisão processual.

c) a prisão para averiguação.

d) a busca domiciliar determinada pela autoridade policial.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**19** - Acerca das disposições gerais sobre os recursos criminais, assinale a opção correta.

a) O MP poderá desistir de recurso que haja interposto, desde que se verifique que o fato evidentemente não constitui crime.

b) Ainda que haja má-fé, em face do princípio da fungibilidade recursal, que possui natureza absoluta no direito processual penal, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

c) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

d) O recurso não poderá ser interposto pelo réu, pois tal ato é exclusivo de advogado.

e) Ocorrerá a chamada *reformatio in pejus* indireta quando em sede recursal a situação do réu for agravada havendo recurso tanto da acusação quanto da defesa versando sobre o tema.

#### DIREITO CIVIL

**20** - Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

a) O protesto cambial suspende a prescrição.

b) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de reparação civil.

c) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

d) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

e) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.

**21** - Conforme dispõe o Código Civil, quanto à responsabilidade pela reparação do dano causado por ato ilícito é CORRETO afirmar que:

a) a condenação no juízo criminal não torna certa a obrigação de reparar o dano;

b) não é possível discutir, no juízo civil, sobre a existência do fato ou sua autoria quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal;

c) a absolvição no juízo criminal sempre isentará o agente da responsabilidade civil;

d) a decisão de arquivamento do inquérito policial obsta a propositura da ação civil;

e) Pelo princípio da incomunicabilidade/independência entre as instâncias civil e criminal, não será possível acatar, no âmbito do juízo civil, questões decididas no juízo criminal ainda que digam respeito à efetiva participação do agente no evento criminoso.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**22** - Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a assertiva CORRETA:

a) No litisconsórcio simples, os litisconsortes são considerados litigantes distintos em suas relações com a parte adversa.

b) A existência de litisconsórcio afeta a autonomia e a independência processual das partes, por estar a atividade de uma vinculada à da outra.

c) Somente se verifica o litisconsórcio necessário por expressa disposição legal, ainda que, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

d) Cabe nomeação à autoria quando terceiro pretende a coisa/direito que está sendo disputada(o) por duas, ou mais, pessoas diversas.

e) Oposição é o meio pelo qual a parte pode deduzir, em relação a terceiro, no mesmo processo, direito regressivo de que se considera titular.

**23**- Em relação à competência no Processo Civil, é CORRETO afirmar:

a) Compete à justiça estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

b) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta; todavia, podem acarretar sua modificação supervenientes criações de órgãos judiciários.

c) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça Estadual o julgamento das execuções fiscais de contribuições devidas pelo empregador ao FGTS.

d) Compete à justiça estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

e) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levará o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal suscitar o conflito.

**24**- Sobre a participação do Ministério Público no processo civil, NÃO se pode afirmar:

a) Compete ao Ministério Público intervir, entre outros hipóteses, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

b) O Ministério Público somente possui legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, caso haja recurso da parte.



c) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes.

d) É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

e) A ausência de intervenção do Ministério Público, nas relações processuais civis em que a lei a considera obrigatória, é causa de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício pelo magistrado.

**25-** Sobre os pressupostos gerais dos recursos e com relação à apelação e ao agravo (de instrumento e retido), é INCORRETA a seguinte afirmação:

a) O efeito devolutivo dos recursos consiste na transferência da matéria impugnada do órgão judiciário a quo para o tribunal ad quem.

b) No nosso sistema recursal cível, vigora a regra de que o juízo de admissibilidade do recurso é duplo, ou seja, exercido tanto pela juízo prolator da decisão impugnada como pela instância revisora.

c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

d) O prazo para a interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias.

e) Em face das decisões interlocutórias, é cabível a interposição do recurso de agravo, podendo a parte recorrente, a seu exclusivo critério, escolher entre a sua forma retida nos autos ou por instrumento.

**26-** Sobre a ação civil pública, é CORRETO afirmar:

a) Segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

b) Caso ação civil pública proposta pelo Ministério Público seja julgada improcedente, haverá a condenação do MP, como parte vencida, aos ônus sucumbenciais, seguindo-se a normatização do Código de Processo Civil.

c) Tem natureza absoluta a competência para o processo e julgamento da ação civil pública, prevista no art. 2º da Lei nº 7.347/85, segundo o qual as ACP's "serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa".

d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor, na defesa do patrimônio público, ação civil pública, desde que ente público lesado permaneça inerte na adoção de idêntica providência.

e) Não existe obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público como fiscal lei, quando este não intervier no processo como parte.

## DIREITOS DIFUSOS

**27-** Acerca da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) As disposições dessa lei são aplicáveis não só a agentes públicos, mas também a particulares.

b) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade, todo aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, desde que tal exercício não seja transitório e seja remunerado.

c) Embora existam tipos diferentes de improbidade administrativa, a todos eles são cominadas as mesmas penas.

d) A aplicação das penalidades previstas para os atos de improbidade dependem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e da rejeição das contas prestadas pelo administrador aos órgãos de controle interno e externo, como o Tribunal de Contas da União.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**28-** Túlio, servidor da Superintendência do IBAMA em Sergipe, durante ato de fiscalização, encontrou uma pessoa com um tatu recém abatido, sem que qualquer licença ou autorização administrativa da autoridade competente houvesse. Túlio verificou que o animal não era uma espécie constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção.

A partir da situação concreta, assinale a alternativa correta, conforme a lei 9605/93.

a) O fato narrado não configura infração administrativa contra a fauna nem comporta a lavratura de auto de infração, já que o tatu não pertencia a uma espécie ameaçada de extinção.

b) Caso por qualquer razão não haja autuação do infrator e venha a ocorrer a prescrição da ação administrativa esta se estenderá à obrigação de reparar o dano ambiental praticado.

c) A atividade de fiscalização ambiental é típico ato administrativo que expressa o poder de polícia, já que diz respeito à restrição, limitação, condicionamento e ordenação de atividades desempenhadas por particulares.

d) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental não fica obrigada a promover a sua apuração imediata, já que há espaço para o exercício da discricionariedade, com decisão acerca da conveniência da aplicação de punição.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**29-** Assinale a alternativa que expressa uma decorrência do sistema consumerista preconizado pelo Código de Defesa do Consumidor.

a) A padronização de contratos dos dias atuais acompanhou os desdobramentos da Revolução Industrial, com grande adaptação às necessidades da Modernidade. As cláusulas contratuais em série dos contratos de consumo facilitam as relações contratuais em massa, sendo, portanto, mais vantajosas para as partes do contrato.

b) Em contrato de consumo de grande vulto, celebrado entre pessoas jurídicas, a cláusula de eleição de foro é sempre nula.

c) No sistema do Código de Defesa do Consumidor, prevalece a solidariedade passiva de todos aqueles que participam da cadeia econômica de produção, circulação e distribuição dos produtos ou de prestação de serviços. Assim, o consumidor deve exercer suas pretensões contra aquele fornecedor com o qual teve contato direto durante a relação de consumo.

d) A teoria do risco tem respaldo no Código de Defesa do Consumidor e advém do brocardo romano ou do princípio geral de direito segundo o qual todo aquele que lucra com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**30-** Considere a seguinte situação hipotética.

Januário instalou, sem licença ambiental, um empreendimento comercial, com o objetivo de criar, abater e comercializar frangos. O órgão ambiental do Estado de Sergipe multou e interditou o empreendimento. A repercussão do fato no Estado foi muito grande, pois descobriu-se que havia graves problemas sanitários na granja. Diante desta situação, assinale a alternativa correta, segundo a lei 7.347/85.

Assinale a alternativa correta, segundo as prescrições da lei da ação civil pública.

a) Tanto o Ministério Público do Estado de Sergipe como o Estado de Sergipe possuem legitimidade para ingressar com uma ação civil pública, com o objetivo de que o empreendimento seja condenado a adequar-se às leis ambientais e sanitárias.

b) Caso o Estado de Sergipe ajuíze ação civil pública, o Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, mas não lhe será facultado habilitar-se como litisconsorte ulterior no processo.

c) Se for ajuizada a ação civil pública sem pedido liminar pelo Estado de Sergipe, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação prévia da granja, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

d) Caso seja ajuizada ação civil pública em face do empreendimento poluidor o pagamento das custas e emolumentos deve ser realizado no momento da propositura da ação.

e) Caso a ação seja julgada improcedente por ter sido reconhecida a inocorrência de dano ambiental a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, mas qualquer outro legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**RASCUNHO**

1

5

10

15

20

25

30



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO 2**

2009

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação, cujo tema será sorteado momentos antes do início da prova.
2. Na prova subjetiva utilize no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE DISSERTAÇÃO e do CARTÃO DE RESPOSTAS, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

## Preenchimento do gabarito

### CORRETO

|    |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | D | E | 33 | A | B | D | E |   |
| 04 | A | B | C | E | 34 | A | C | D | E |   |

### ERRADO

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | X | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |

|    |   |   |   |   |   |    |   |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|
| 01 | ● | B | C | D | E | 31 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E | 32 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E | 33 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E | 34 | A | B | C | D | E |



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

|           |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|-----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INSCRIÇÃO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 |   |   |   |   |   |   |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| PROVA     | 1 | 2 | 3 | 4 |   |   |   |   |   |

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

Marque a opção prova 1 ou 2

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 01- MARQUE A OPÇÃO CORRETA:

a) Os Princípios do Direito ao Silêncio e da Não Auto-Incriminação conduzem à conclusão, respectivamente, de que o acusado pode permanecer em silêncio durante toda a investigação e mesmo em Juízo, e que pode ser compelido a produzir ou a contribuir com a formação da prova contrária ao seu interesse.

b) Diz o Princípio da Vedação da Revisão "Pro Societate" que é vedado que alguém possa ser julgado mais de uma vez por fato do qual já tenha sido absolvido, por decisão transitada em julgado.

c) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, tornando-se inválidos os atos realizados sob a vigência da lei anterior.

d) A lei processual penal admite interpretação extensiva, aplicação analógica, e o suplemento dos princípios regionais de direito.

e) A lei processual penal é aplicável, única e exclusivamente, em todo o território brasileiro.

### 02- ASSINALE A OPÇÃO INCORRETA:

a) O inquérito policial nem sempre é instaurado de ofício.

b) Ao Ministério Público não é dada a possibilidade de desistir da ação penal.

c) O Código de Processo Penal prevê a possibilidade de haver a absolvição sumária do acusado, havendo qualquer causa excludente de culpabilidade.

d) Diz o Código de Processo Penal que pode haver prisão em flagrante, entre outros casos, quando se acaba de cometer uma infração penal.

e) É sanável a nulidade decorrente de omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

### 03- A RESPEITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, É INCORRETO AFIRMAR:

a) Os institutos da composição civil dos danos e da transação penal não se confundem, possuindo ambos pressupostos e finalidades específicas.

b) A transação penal poderá implicar na aplicação de multa, pelo Ministério Público.

c) A suspensão condicional do processo, uma vez implementada no processo, tem influência decisiva sobre o curso do prazo prescricional.

d) Compete ao Juizado Especial Criminal Federal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

e) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de

conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

### 04 - ANALISE AS PROPOSIÇÕES SEGUINTE E, EM SEGUIDA, INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA:

I. Os recursos "de ofício" configuram-se em exceções na legislação processual penal, sendo uma delas a decorrente da sentença que negar "habeas corpus".

II. O recurso em sentido estrito é recurso cabível da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.

III. É possível o ajuizamento da apelação, com apresentação das respectivas razões em um momento seguinte.

IV. O "habeas corpus" é ação autônoma e, assim, não pode ser impetrado antes de iniciada a ação penal.

a) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.

b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas I e II estão incorretas.

d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

e) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

### 05 - É compatível com a Constituição Federal de 1988.

a) o processo iniciado, de ofício, pela autoridade policial ou judiciária.

b) a prisão processual.

c) a prisão para averiguação.

d) a busca domiciliar determinada pela autoridade policial.

e) nenhuma das respostas anteriores.

### 06 - Acerca das disposições gerais sobre os recursos criminais, assinale a opção correta.

a) O MP poderá desistir de recurso que haja interposto, desde que se verifique que o fato evidentemente não constitui crime.

b) Ainda que haja má-fé, em face do princípio da fungibilidade recursal, que possui natureza absoluta no direito processual penal, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

c) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

d) O recurso não poderá ser interposto pelo réu, pois tal ato é exclusivo de advogado.

e) Ocorrerá a chamada *reformatio in pejus* indireta quando em sede recursal a situação do réu for agravada havendo recurso tanto da acusação quanto da defesa versando sobre o tema.

#### **DIREITO PENAL**

**07-** Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - para a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa, como integrantes da conduta, constituem elementos do fato típico;

II – sobre o “tempo do crime”, o código penal adotou a teoria da ubiquidade;

III – o crime culposo depende de previsão expressa no tipo legal para a sua configuração;

IV – no concurso de crimes, o Código Penal brasileiro adotou a teoria unitária, segundo a qual os autores do crime praticam o mesmo crime, sem admitir exceções;

V – no crime culposo, o agente prevê o resultado e assume o risco de produzi-lo.

- a) são corretos somente os itens I e III;
- b) todas as assertivas estão incorretas;
- c) são erradas somente as alternativas IV e V;
- d) é correta apenas a proposição do item III;
- e) é incorreta apenas a proposição do item IV.

**08-** Sobre a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, é INCORRETO afirmar:

- a) pode ser aplicada em caso de crime doloso, quando a pena fixada não for superior a quatro anos e o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa;
- b) se a condenação for de até um ano, a substituição será feita por uma pena restritiva de direitos ou multa;
- c) é cabível a substituição em caso de prática de crime culposo, qualquer que seja a pena aplicada;
- d) cabe a substituição ainda que o condenado seja reincidente, desde que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não seja específica;
- e) independente do quantum de pena fixada, faculta-se ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, em patamar nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade.

**09-** Marque a alternativa INCORRETA, segundo a jurisprudência dominante:

- a) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato;
- b) o crime de falso pode ser absorvido pelo de estelionato quando finda sua potencialidade lesiva na prática deste;

c) o estelionato praticado contra o INSS não sofre qualquer tipo de aumento de pena;

d) exige-se para configuração dos crimes do art. 1º da Lei 8137/90 o término da atividade administrativa de constituição de tributo;

e) para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessário que os bens ou valores sejam remetidos ao exterior.

**10-** Quanto aos crimes de corrupção passiva (art. 317, CP) e ativa (art. 333, CP), pode-se afirmar que:

- a) sempre que houver o crime de corrupção passiva, ocorrerá também o de corrupção ativa;
- b) o funcionário público pratica o crime de corrupção passiva ao exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
- c) a corrupção ativa se configura quando o particular oferece ou promete vantagem devida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- d) se o funcionário atende a pedido de terceiro e deixa de praticar ato de ofício, sem que objetive satisfazer interesse pessoal, ele responde pelo delito de prevaricação.
- e) nenhuma das respostas anteriores.

**11-** Caio, sócio gerente da empresa X, quando do pagamento dos salários de seus empregados, efetuou o desconto (registrado nos contracheques) das parcelas devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas não repassou as referidas quantias à autarquia previdenciária. Em face dessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Caio cometeu apenas irregularidade administrativa, sendo passível de cobrança por parte da Fazenda Pública Federal.
- b) todos os sócios integrantes do contrato social da empresa X, mesmo aqueles que não tenham participado da administração da sociedade, respondem por eventual crime.
- c) Caio cometeu, além de irregularidade administrativa, crime previsto no Código Penal, o qual se configura ainda que pendente o processo administrativo fiscal de lançamento do tributo.
- d) eventual crime a ser atribuído a Caio seria afastado se ele obtivesse êxito em provar que não tinha a intenção de apropriar-se das quantias (*animus rem sibi habendi*).
- e) não haverá o crime se Caio provar que a empresa, na época do fato, passava por pequenas dificuldades financeiras.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**12-** Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a União pode desapropriar imóvel rural.
- b) A propriedade rural produtiva não pode ser desapropriada por utilidade pública.

c) Não é permitida em hipótese alguma a desapropriação de bem público.

d) Município pode desapropriar terreno da União para atender necessidade pública urgente.

e) Estado pode desapropriar imóvel urbano integrante do patrimônio de autarquia municipal.

**13-** Assinale a alternativa correta:

a) As autarquias federais, dotadas de personalidade jurídica de direito público, integram a administração direta.

b) Integram a administração pública indireta o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

c) O tombamento de bem particular, por limitar o exercício direito de propriedade, gera sempre indenização.

d) A limitação administrativa implica em uma restrição de caráter geral imposta ao proprietário do bem, que não gera direito à indenização.

e) Os bens dominicais do Estado, por estarem afetados a uma finalidade específica, não podem ser alienados enquanto não forem desafetados.

**14-** Assinale a alternativa errada:

a) Nos casos em que couber a modalidade de licitação denominada concorrência poderá ser adotada a modalidade tomada de preços, mas a recíproca não é verdadeira.

b) O pregão somente é cabível para a aquisição de bens ou contratação de serviços considerados comuns.

c) Na modalidade de licitação denominada convite não é necessária a publicação de edital.

d) A inviabilidade de competição em razão da existência de fornecedor exclusivo de bens é caso de inexigibilidade de licitação.

e) A lei nº 8.666/93 veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.

**15-** Assinale a alternativa correta:

a) A Controladoria-Geral da União (CGU) exerce o controle externo da administração pública federal.

b) O Ministério Público, por possuir autonomia funcional e administrativa, não se submete ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

c) As decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) que imputam débito ou multa têm eficácia de título executivo.

d) Os recursos da União repassados mediante convênio aos municípios, por integrarem o patrimônio municipal, não estão submetidos ao controle do Tribunal de Contas da União.

e) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão integrante do Poder Judiciário.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**16-** Assinale a alternativa CORRETA:

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar;

b) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação depende de licença da autoridade responsável;

c) É livre a manifestação do pensamento, facultado o anonimato;

d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

e) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, podendo invocá-las inclusive para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa.

**17-** Marque a alternativa CORRETA:

a) São brasileiros natos apenas os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

b) Podem naturalizar-se brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

c) Os analfabetos podem concorrer em eleições para Vereador e Prefeito.

d) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, desde que com base no lugar onde nasceram ou residem.

e) São bens dos Municípios, entre outros, os terrenos de marinha e seus acrescidos, os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

**18-** Assinale a alternativa ERRADA:

Segundo a doutrina, a Constituição da República Federativa do Brasil de de 1988 pode ser classificada como

a) formal e escrita.

b) democrática e popular.

c) analítica.

d) escrita e dogmática.

e) flexível e outorgada.

**19- Assinale a alternativa ERRADA:**

a) Aos juízes federais compete julgar, dentre outras, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) Aos juízes federais compete julgar, dentre outros, os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral

c) A inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios e a vitaliciedade são garantias previstas de forma exclusiva para os membros do Poder Judiciário.

d) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

e) São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, exercer o controle externo da atividade policial e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

**DIREITOS DIFUSOS**

**20- Acerca da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.**

a) As disposições dessa lei são aplicáveis não só a agentes públicos, mas também a particulares.

b) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade, todo aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, desde que tal exercício não seja transitório e seja remunerado.

c) Embora existam tipos diferentes de improbidade administrativa, a todos eles são cominadas as mesmas penas.

d) A aplicação das penalidades previstas para os atos de improbidade dependem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e da rejeição das contas prestadas pelo administrador aos órgãos de controle interno e externo, como o Tribunal de Contas da União.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**21- Túlio, servidor da Superintendência do IBAMA em Sergipe, durante ato de fiscalização, encontrou uma pessoa com um tatu recém abatido, sem que qualquer licença ou autorização administrativa da autoridade competente houvesse. Túlio verificou que o animal não era uma espécie constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção.**

A partir da situação concreta, assinale a alternativa correta, conforme a lei 9605/93.

a) O fato narrado não configura infração administrativa contra a fauna nem comporta a lavratura de auto de infração,

já que o tatu não pertencia a uma espécie ameaçada de extinção.

b) Caso por qualquer razão não haja autuação do infrator e venha a ocorrer a prescrição da ação administrativa esta se estenderá à obrigação de reparar o dano ambiental praticado.

c) A atividade de fiscalização ambiental é típico ato administrativo que expressa o poder de polícia, já que diz respeito à restrição, limitação, condicionamento e ordenação de atividades desempenhadas por particulares.

d) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental não fica obrigada a promover a sua apuração imediata, já que há espaço para o exercício da discricionariedade, com decisão acerca da conveniência da aplicação de punição.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**22- Assinale a alternativa que expressa uma decorrência do sistema consumerista preconizado pelo Código de Defesa do Consumidor.**

a) A padronização de contratos dos dias atuais acompanhou os desdobramentos da Revolução Industrial, com grande adaptação às necessidades da Modernidade. As cláusulas contratuais em série dos contratos de consumo facilitam as relações contratuais em massa, sendo, portanto, mais vantajosas para as partes do contrato.

b) Em contrato de consumo de grande vulto, celebrado entre pessoas jurídicas, a cláusula de eleição de foro é sempre nula.

c) No sistema do Código de Defesa do Consumidor, prevalece a solidariedade passiva de todos aqueles que participam da cadeia econômica de produção, circulação e distribuição dos produtos ou de prestação de serviços. Assim, o consumidor deve exercer suas pretensões contra aquele fornecedor com o qual teve contato direto durante a relação de consumo.

d) A teoria do risco tem respaldo no Código de Defesa do Consumidor e advém do brocardo romano ou do princípio geral de direito segundo o qual todo aquele que lucra com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes.

e) nenhuma das respostas anteriores.

**23- Considere a seguinte situação hipotética.**

Januário instalou, sem licença ambiental, um empreendimento comercial, com o objetivo de criar, abater e comercializar frangos. O órgão ambiental do Estado de Sergipe multou e interditou o empreendimento. A repercussão do fato no Estado foi muito grande, pois descobriu-se que havia graves problemas sanitários na granja. Diante desta situação, assinale a alternativa correta, segundo a lei 7.347/85.

Assinale a alternativa correta, segundo as prescrições da lei da ação civil pública.

a) Tanto o Ministério Público do Estado de Sergipe como o Estado de Sergipe possuem legitimidade para ingressar com uma ação civil pública, com o objetivo de que o



empreendimento seja condenado a adequar-se às leis ambientais e sanitárias.

b) Caso o Estado de Sergipe ajuíze ação civil pública, o Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, mas não lhe será facultado habilitar-se como litisconsorte ulterior no processo.

c) Se for ajuizada a ação civil pública sem pedido liminar pelo Estado de Sergipe, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação prévia da granja, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

d) Caso seja ajuizada ação civil pública em face do empreendimento poluidor o pagamento das custas e emolumentos deve ser realizado no momento da propositura da ação.

e) Caso a ação seja julgada improcedente por ter sido reconhecida a inocorrência de dano ambiental a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, mas qualquer outro legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**24** - Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a assertiva CORRETA:

a) No litisconsórcio simples, os litisconsortes são considerados litigantes distintos em suas relações com a parte adversa.

b) A existência de litisconsórcio afeta a autonomia e a independência processual das partes, por estar a atividade de uma vinculada à da outra.

c) Somente se verifica o litisconsórcio necessário por expressa disposição legal, ainda que, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

d) Cabe nomeação à autoria quando terceiro pretende a coisa/direito que está sendo disputada(o) por duas, ou mais, pessoas diversas.

e) Oposição é o meio pelo qual a parte pode deduzir, em relação a terceiro, no mesmo processo, direito regressivo de que se considera titular.

**25**- Em relação à competência no Processo Civil, é CORRETO afirmar:

a) Compete à justiça estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

b) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta; todavia, podem acarretar sua modificação supervenientes criações de órgãos judiciários.

c) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça Estadual o julgamento das execuções fiscais de contribuições devidas pelo empregador ao FGTS.

d) Compete à justiça estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

e) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levará o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal suscitar o conflito.

**26**- Sobre a participação do Ministério Público no processo civil, NÃO se pode afirmar:

a) Compete ao Ministério Público intervir, entre outros hipóteses, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

b) O Ministério Público somente possui legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, caso haja recurso da parte.

c) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes.

d) É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

e) A ausência de intervenção do Ministério Público, nas relações processuais civis em que a lei a considera obrigatória, é causa de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício pelo magistrado.

**27**- Sobre os pressupostos gerais dos recursos e com relação à apelação e ao agravo (de instrumento e retido), é INCORRETA a seguinte afirmação:

a) O efeito devolutivo dos recursos consiste na transferência da matéria impugnada do órgão judiciário a quo para o tribunal ad quem.

b) No nosso sistema recursal cível, vigora a regra de que o juízo de admissibilidade do recurso é duplo, ou seja, exercido tanto pelo juízo prolator da decisão impugnada como pela instância revisora.

c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

d) O prazo para a interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias.

e) Em face das decisões interlocutórias, é cabível a interposição do recurso de agravo, podendo a parte recorrente, a seu exclusivo critério, escolher entre a sua forma retida nos autos ou por instrumento.

**28**- Sobre a ação civil pública, é CORRETO afirmar:

a) Segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

b) Caso ação civil pública proposta pelo Ministério Público seja julgada improcedente, haverá a condenação do MP, como parte vencida, aos ônus sucumbenciais, seguindo-se a normatização do Código de Processo Civil.

c) Tem natureza absoluta a competência para o processo e julgamento da ação civil pública, prevista no art. 2º da Lei nº 7.347/85, segundo o qual as ACP's "serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa".

d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor, na defesa do patrimônio público, ação civil pública, desde que ente público lesado permaneça inerte na adoção de idêntica providência.

e) Não existe obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público como fiscal lei, quando este não intervier no processo como parte.

#### **DIREITO CIVIL**

**29** - Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

a) O protesto cambial suspende a prescrição.

b) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de reparação civil.

c) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

d) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

e) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.

**30** - Conforme dispõe o Código Civil, quanto à responsabilidade pela reparação do dano causado por ato ilícito é CORRETO afirmar que:

a) a condenação no juízo criminal não torna certa a obrigação de reparar o dano;

b) não é possível discutir, no juízo civil, sobre a existência do fato ou sua autoria quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal;

c) a absolvição no juízo criminal sempre isentará o agente da responsabilidade civil;

d) a decisão de arquivamento do inquérito policial obsta a propositura da ação civil;

e) Pelo princípio da incomunicabilidade/independência entre as instâncias civil e criminal, não será possível acatar, no âmbito do juízo civil, questões decididas no juízo criminal ainda que digam respeito à efetiva participação do agente no evento criminoso.

**RASCUNHO**

1

5

10

15

20

25

30



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO 2009

**TEMA DA PROVA SUBJETIVA**

**“INSTRUMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O  
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.”**